

# LAR, AMARGO, LAR ?

Como muita gente sabe, por experiência própria, escolher um lar acolhedor para um familiar idoso é como procurar uma agulha num palheiro. Ou não há vagas, ou são muito caros, ou não passam de armazéns de velhos. Os estudos anteriores e as notícias vindas a público sobre estas instituições também não ajudam: lares clandestinos (sem alvará), lares fechados pelas autoridades por falta de condições...

Tal como pode verificar na pág. 4, o nosso estudo a 22 lares leva-nos a concluir que a realidade não anda muito longe da ideia que a opinião pública tem destes estabelecimentos.

**O diagnóstico está feito...** Os problemas que detectámos são muitos e variados, mas a falta de acessos concebidos a pensar nas condições de mobilidade dos idosos é o que mais salta à vista. Tanto dentro como no exterior dos lares. Em muitos dos locais visitados faltam elevadores e rampas de acesso a andares superiores. As saídas de emergência também primam pela ausência. Além de limitarem a mobilidade dos idosos, algumas destas falhas podem mesmo pôr em risco a sua segurança (por exemplo, numa situação de emergência).

- Quanto às instalações, encontrámos quartos que pareciam autênticas camaratas: nove lares tinham quartos para mais de quatro pessoas, quando o correcto, tal como diz a lei, é dois idosos por quarto. Algumas das salas de estar e de refeições deveriam ter dimensões e mobiliário melhor adaptados ao número de idosos que albergam. As salas comuns (para comer e estar durante o dia) deveriam acabar. Além de mal equipadas e pequenas para o número de utentes, podem obrigar o idoso a estar todo o dia no mesmo espaço.

- A quantidade de pessoal e o tipo de qualificações exigidas também estavam aquém do desejável. Os responsáveis têm de investir mais em recursos humanos.

- Quanto ao dia-a-dia do idoso, poucas são as instituições que se esforçam por elaborar um plano de actividades (individuais e colectivas) que possa, de alguma forma, manter o bem-estar físico e mental dos idosos.

- Por fim, o preço é um quebra-cabeças. Aparentemente, não há qualquer lógica ou relação entre o preço e a qualidade e estatuto do lar (IPSS – instituição particular de solidariedade social –, ou lucrativo). No caso das IPSS, tudo depende, basicamente, da reforma do idoso: a mensalidade pode ir das poucas dezenas de contos às duas centenas. Se a reforma for baixa, a família terá de pagar uma parte da mensalidade.

**... agora é preciso actuar.** Um lar para idosos deve ser um local seguro e possibilitar uma vida saudável e digna aos seus utentes. Para isso, deve ter instalações razoáveis, pessoal em quantidade suficiente (em função do número e estado de saúde dos idosos) e programas de actividades individuais (específicas para cada utente) e colectivas.

Face ao preocupante diagnóstico atrás referido, é preciso tomar medidas corajosas, envolvendo as entidades oficiais, os responsáveis dos lares e, claro, os familiares dos idosos.

**Entidades oficiais.** Em termos de legislação, existem várias alterações a fazer urgentemente:

- é necessário que a lei passe a ser aplicada a todos os tipos de lares e não apenas aos privados. Tal como a lei se encontra, ninguém sabe a que condições devem obedecer as IPSS, ou seja, os lares sem fins lucrativos;

- todas as instituições deveriam ser obrigadas a criar, para cada utente, um programa individual de actividades, com base num exame médico feito aquando da admissão do idoso.

Embora a lei exija o registo individual, este apenas refere a identificação do idoso. Noutros países (como nos Estados Unidos), os lares são obrigados a registar, num caderno, as capacidades físicas, mentais e sociais de cada idoso. Com base neste documento, é elaborado um programa que, entre outros aspectos, define terapias da fala e físicas, actividades apropriadas e tipo de alimentação;

- a lei deveria ser mais completa e definir regras para os vários aspectos que menciona. Por exemplo, determinar as dimensões e o número de saídas de emergência, o número de acamados que o lar pode ter, a existência de um espaço exterior, mais pessoal qualificado (médicos, fisioterapeutas, por exemplo), entre outros aspectos.

- Felizmente, tem havido alguma fiscalização, mas o nosso estudo demonstra que ainda há muito a fazer. Actualmente, a lei só prevê a realização de uma vistoria, para que o alvará seja atribuído. No entanto, não estabelece nenhuma periodicidade para as fiscalizações. Estas deveriam ser feitas anualmente e ficar registadas, de forma a permitir uma avaliação da evolução de cada lar. Finalmente, quando se decide fechar um lar, é necessário encontrar soluções para os idosos que vão ficar sem um local para viver.

- Globalmente, pode dizer-se que os lares pertencentes às IPSS tendem a ser mais baratos (e ligeiramente melhores) do que os privados. Mas isto só é verdade tendo em consideração a mensalidade que cobram aos idosos, pois convém não esquecer que as obras de melhoramento e conservação dos edifícios destas instituições podem ser pagas pelo Estado. A dúvida fica, pois, no ar: como é que instituições altamente subsidiadas pelo Estado praticam preços tão análogos aos dos lares privados, que nada recebem do erário público e, supostamente, ainda têm de dar algum lucro? Quem souber...

**Responsáveis pelos lares.** A segurança é essencial e não tem preço. Os responsáveis têm de eliminar todos os aspectos que ponham em risco a vida dos idosos: a falta de meios não pode servir de desculpa. Caso não façam, devem ser responsabilizados. Por outro lado, é preciso melhorar a vida dos idosos nos lares, através de instalações adequadas e programas de actividades que os motivem a não ficar parados.

**Os familiares.** Os empregados de um lar tendem a prestar maior atenção aos utentes que têm visitas regularmente, pois estas irão sempre ser testemunhas do que se passa. O apoio da família, a participação nas reuniões ou festas e as visitas frequentes são, assim, uma forma de acompanhar o idoso e de ir vendo se tudo está a correr pelo melhor.

**Soluções paralelas.** Como é claro, a solução do problema dos idosos não passa só pelos lares. É preciso desenvolver mais os serviços domiciliários (incluindo, quando necessário, o serviço de refeições), os centros de dia e de convívio, etc. Uma sociedade que não cuida bem dos seus idosos está a dar, no mínimo, uma prova de ingratidão. As gerações ainda na vida activa precisam de resolver este problema ou arriscam-se, amanhã, a viver nas mesmas deploráveis condições em que, hoje, vegetam muitos idosos.